

VII CONGRESSO INTERNO

Moção de apoio e de solidariedade às populações atingidas pelo crime ambiental da mineradora Samarco

A Plenária Extraordinária do VII Congresso Interno da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) vem a público manifestar o seu apoio às populações vítimas da tragédia ocorrida em Mariana – MG, em 05 de novembro de 2015, e repúdio ao descaso, à ineficiência e à incompetência da Samarco, empresa da Vale e da anglo-australiana BHP.

A tragédia que praticamente tirou do mapa o distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, tem proporções inimagináveis. O desastre é enorme em diferentes aspectos: humanos, materiais, culturais, econômicos, sociais e ambientais. A tragédia trouxe mortos, desaparecidos e muitas sequelas. Há fortes indícios de que o rompimento da barragem, carreando milhões de metros cúbicos de rejeitos, tenha contaminado toda a bacia do Rio Doce com altos índices de ferro, manganês, arsênico, bário, chumbo, níquel, zinco, alumínio, cromo, cobalto e resíduos de óleo e graxa das máquinas e caminhões utilizados na extração.

Os estragos não ficarão em uma única localidade e município, com a lama tóxica chegando em áreas mais distantes dos estados de Minas e Espírito Santo. Além disso, existe a real possibilidade de rompimento de outras barragens, ampliando ainda mais os resultados dessa tragédia.

É absolutamente indispensável que o cuidado com os atingidos nesta tragédia seja abordado a partir do princípio de seus direitos humanos e que sejam garantidas adequadas condições, que minimamente restaurem a sua qualidade de vida.

A empresa e suas controladoras devem ser responsabilizadas sumariamente e seus deveres devem ser firmemente cobrados pelos agentes públicos, que também têm responsabilidade em assegurar a proteção das pessoas e a recuperação ambiental. Este não foi um desastre natural, como as primeiras notícias da mídia pretendiam apresentar, minimizando a responsabilidade das empresas mineradoras. Essa tragédia é resultado do descaso com que as mineradoras operam no país e a leniência dos órgãos de controle e fiscalização, colocando em risco permanente as populações, os serviços ambientais e a biodiversidade. São responsáveis as autoridades públicas que têm a atribuição de legislar sobre a exploração do minério no país, e de executar as ações de fiscalização sobre essa atividade de extremo risco socioambiental.

O cenário atual mostra a urgência de uma mobilização do poder público e de toda a sociedade. A Fiocruz e demais instituições do campo da saúde e ambiente têm que denunciar e estudar os riscos e impactos à vida humana e ao ambiente, atuando em diferentes frentes para contribuir com o enfrentamento dessa grave situação, inclusive sensibilizando as autoridades e a sociedade.

Os delegados da Plenária Extraordinária do VII Congresso Interno da Fiocruz se solidarizam com as populações atingidas e repudiam as ações das mineradoras responsáveis por essa tragédia, que utilizam padrão irresponsável de gestão ambiental, sem levar em consideração a proteção, recuperação ambiental e a saúde humana. Nos colocamos à disposição para agir nos diferentes campos onde nossa atuação se faça necessária.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz